AEDOS Revista do corpo discente do PPG-História da UFRGS

Sobre a teoria do populismo

Lívia Cotrim - Centro Universitário Fundação Santo André.

Comentário sobre o artigo "Populismo radical e processo bolivariano: o conceito de populismo de Ernesto Laclau e as análises da Venezuela contemporânea", de Vicente N. S. Ribeiro

Constatando a presença do conceito de populismo ou neopopulismo para caracterizar governos latino-americanos recentes, Vicente N. S. Ribeiro se propõe uma dupla tarefa: analisar a teoria do populismo desenvolvida por Ernesto Laclau e a utilização dela na abordagem da história venezuelana recente. Não resta dúvida quanto à importância do esforço por compreender o processo venezuelano; empenhado nele, o autor toca em diversas questões que mereceriam uma discussão detalhada. Dadas as limitações de espaço, entretanto, as observações que se seguem se concentrarão no debate sobre a teoria do populismo[1].

Buscando identificar as eventuais contribuições da abordagem de Ernesto Laclau, Ribeiro destaca inicialmente as diferenças entre esta e as presentes tanto nos "grandes meios de comunicação", como nas "análises acadêmicas mais reconhecidas no Brasil" a respeito do populismo, como sejam as de Francisco Weffort e Octávio Ianni, objeto da crítica recente de Jorge Ferreira e Daniel Aarão Reis Filho. Entretanto, estudos anteriores e bastante abrangentes da teoria do populismo possibilitam problematizar aquela distinção, trazendo à luz elementos compartilhados por aquelas análises, mais reconhecidas e a de Laclau, dos quais o mais evidente é a convicção da existência efetiva do populismo, embora diversamente interpretado.

Desde fins da década de 1970, José Chasin[2] alerta para a necessidade de submeter à análise crítica a teoria do populismo, ao lado das demais vertentes teóricas do que denominou analítica paulista. Em artigo de 1989, Chasin traça os contornos e debilidades das teorias do populismo, autoritarismo, dependência e marginalidade, destacando os óbices que impuseram

à compreensão da história brasileira e o peso político que ainda mantinham, indicando as determinações sociais de seu acolhimento por intelectuais e militantes das esquerdas. Com posições teóricas distintas, também na década de 80 Rubens Barbosa Filho[3] empenhou-se no exame do conceito de populismo, bem como do de totalitarismo, buscando seus fundamentos teórico-ideológicos.

As críticas realizadas por ambos coincidem na identificação do populismo não como uma categoria[4] ou como um conceito que a reproduzisse de modo mais ou menos aproximado, mas como um modelo, idealmente construído por comparação com outros modelos, e a partir do qual partes da realidade são seletivamente apanhadas e conformadas. A seleção realizada, obedecendo não às conexões reais, mas aos contornos do conceito, põe para a análise um objeto inexistente, de sorte que o conceito de populismo e a teoria que lhe corresponde vedam o acesso à realidade que pretendem explicar, independentemente do quanto possam ser aperfeiçoados, refinados ou ampliados. Perdida a objetividade da história e a possibilidade de apreendê-la cientificamente, a ação política orientada por essa teorização apenas reitera seus próprios pressupostos.

A perda da objetividade pode ser identificada já no modo como Laclau se dispõe ao combate, em si pertinente e necessário, ao economicismo e ao que chama de reducionismo de classe, em busca de uma autonomia relativa e de uma especificidade das dimensões política e ideológica; para esse combate, busca suas armas não apenas em Gramsci (em particular o conceito de hegemonia), mas também em Althusser e na psicanálise de origem lacaniana, de cujos arsenais foi apanhado o conceito de interpelação[5]. Dado o modo como o trava, tal combate redunda na assunção de uma posição politicista[6], característica comum às análises mais tradicionais pautadas pelo conceito de populismo. De fato, o politicismo é o ponto de partida da elaboração desse conceito, cujas origens teóricas remontam à teoria da sociedade de massas, elaborada na primeira metade do século XX por diversos pensadores estranhos ao marxismo, com o qual, no entanto, é posteriormente amalgamada, em porções diversas (no Brasil como nos demais países latino-americanos), redundando na dessubstanciação deste último, ainda quando a intenção fosse robustecê-lo[7].

Nesse sentido, vale destacar, dos amplos estudos apresentados por Chasin e Barbosa, um lineamento decisivo para a teoria do populismo e ressaltado no artigo de Ribeiro por suas ressonâncias na concepção de Laclau: a afirmação da liberal-democracia, ou melhor, do modelo de liberal-democracia, como um modelo paradigmático, como "destino desejável de toda sociedade e, teoricamente, como a referência capaz de iluminar outras formas de organização. Transforma-se num tipo ideal no mínimo curioso: além de formal, normativo",

que se transfigura num "dever ser", de sorte que "vicia a realidade, adequando-a aos seus termos" [8]. Por oposição a esse modelo será elaborado o conceito de totalitarismo, que "nada mais reflete do que o liberalismo com sinal trocado" [9], bem como o de populismo. Esta sua origem no universo do pensamento liberal condicionará seu desenvolvimento posterior, particularmente pondo a democracia como horizonte-limite.

Conforme o paradigma liberal, na democracia vigoram a lei, a razão e o indivíduo, garantidos pela diluição do poder entre os grupos que o disputam, enquanto, no totalitarismo, regeria a violência e o domínio do estado, monopolizado por um partido único, sobre o indivíduo, que é anulado. Vê-se que os traços que conformam os dois conceitos ideal-típicos são extraídos da esfera política, destituídos do conjunto das determinações que de fato os vinculam a modos de ser determinados.

Como ressalta Ribeiro, o entendimento do populismo como lógica política, como forma, permite identificar como tal o nazismo, fascismo, maoísmo, peronismo etc. Esta elasticidade do conceito, derivada de seu caráter formal, se é o veículo que permite identificar populismos positivos, também reduz as possibilidades de apreensão do real, seja por esvaziá-lo seja, ainda mais, por colher dele apenas os elementos presentes numa forma abstrata, previamente construída, de sorte que, desconsiderada no seu plano próprio – o da atividade material – a forma ressurge no âmbito da consciência cognitiva. Repõe-se no conceito de populismo o que J. Chasin já mostrara para o conceito de totalitarismo[10]: aparentando a capacidade de explicar fenômenos diversos (nesse caso, nazismo e comunismo, este último identificado à URSS e correlatos), apenas os reduz a um pequeno conjunto de traços que, em seu isolamento, identificam-se como comuns. De fato, essa abstração é bem delimitada: são apanhados elementos próprios da esfera política, descolada de suas raízes na produção e reprodução material, e particularmente desvinculada das classes sociais. A similaridade dos traços assim retidos é obtida pela perda de sua concretude, da síntese de múltiplas determinações que a constitui. O seccionamento reduz também as categorias da autoprodução e reprodução da vida a fator ou instância econômica, mais ou menos importante ou determinante. A justa preocupação em evitar o economicismo redunda em outra forma, tão ou mais grave, de reducionismo.

O seccionamento das esferas política e ideológica, às quais é assim conferida autonomia, transparece nas considerações de Laclau acerca do "povo", entendido como categoria política constituída por interpelação discursiva. O conceito de interpelação, pelo peso que tem no pensamento de Laclau, mereceria um pouco mais de atenção. Presente em Althusser, a afirmação de que um sujeito se constitui pela interpelação da ideologia – base da

discussão de Laclau sobre o povo e o populismo – desconsidera a prioridade do modo de existência objetivo dos indivíduos. Não se trata apenas de ênfase excessiva na esfera discursiva em detrimento da base social, como apontam Diane Raby e Carlos Vilas, mas de autonomização das esferas política e ideológica em relação à atividade prática, à produção e reprodução da vida material; em outros termos, trata-se de recusar a prioridade do ser social em relação à consciência, bem como a determinação social do pensamento[11].

Diretamente relacionados a essas questões, e em que pese a recusa da conotação a priori pejorativa, encontramos em Laclau outros lineamentos comuns às concepções preponderantes nas teorias do populismo. A própria afirmação de que os indivíduos são interpelados por um discurso, e assim constituídos como povo contraposto ao bloco no poder, ou às elites no poder, está presente, entre outros, em Francisco Weffort (que, aliás, também busca incorporar categorias trabalhadas por Gramsci, Althusser e Poulantzas). Como expõe Ribeiro, Laclau entende que tais interpelações populistas e democráticas emergem em períodos de crise da hegemonia do bloco no poder, crise caracterizada pela perda de eficácia dos instrumentos de mediação que o conectam a demandas que já não mais podem ser atendidas. Entre tais demandas frustradas se estabelece uma "teia de equivalências", vale dizer, as demandas se identificam por sua irrealização, teia simbolizada por um "significante vazio"; completa o quadro de emersão do populismo a interpelação como povo das massas insatisfeitas, por um ou mais líderes, que encarnam essa identidade comum.

Também nas teorias mais tradicionais do populismo encontramos a crise de hegemonia posta na origem do suposto fenômeno, a identificação das massas com um ou mais líderes por fora do sistema vigente e contra ele, e a ampliação da participação política dos dominados. Os termos da análise são bastante semelhantes, ainda que se mantenha a troca de sinal: o que nas teorias tradicionais aparece como negativo, justamente pela não constituição dos indivíduos como classe, aparece em Laclau como positivo: em seu entender, é a existência do povo, em tensão com as classes, que pode permitir a transformação social.

A separação e autonomização das esferas ou instâncias da realidade abrem espaço para que, embora com argumentos distintos, tanto nas teorias tradicionais do populismo quanto na concepção de Laclau as classes, existentes no nível econômico, desapareçam nos níveis político ou ideológico. Pela via da consideração de que as classes "não têm nenhuma forma de existência necessária aos níveis ideológico e político", e de que determinados elementos se repetem nos discursos de diferentes classes sociais, Laclau elimina a determinação de classe dos discursos e das ideologias – exclusão, de fato, convergente com os conceitos de interpelação discursiva, equivalência das demandas e significante vazio.

Esta abordagem dimensiona a defesa que faz Laclau da politização das demandas sociais e da mobilização popular, e sua crítica das posições conservadoras para as quais o ideal seria "uma esfera pública inteiramente dominada pela tecnocracia". Defesa e crítica não ultrapassam os marcos da lógica do capital, e têm por horizonte máximo a democracia. A aplicação de seu conceito de populismo ao processo venezuelano explicita tais limites. Como expõe Ribeiro, ali a emergência do populismo decorreria da crise do sistema político e sua relação com a crise do modelo de distribuição, por via do estado, da renda oriunda da exploração petrolífera. A redução das parcelas dessa renda distribuídas à população deixa inatendidas as demandas, cujo acúmulo gera frustração em relação à institucionalidade; das insurgências militares destacam-se os líderes que se tornarão referência popular. Esse populismo dos dominados conteria um potencial revolucionário, o qual, de acordo com Ribeiro, teria começado a se realizar, desde 2001, com as medidas tomadas para aumentar a arrecadação fiscal, as quais afetam os interesses petroleiros, redundando na agudização das tensões entre setores dominantes e populares.

A análise assim apresentada do movimento popular e da liderança de Chavez trata a distribuição de renda descolada da produção, na contramão das indicações marxianas de que é esta que determina a primeira, quanto ao produto a ser distribuído, à forma da distribuição e, especialmente, à distribuição dos indivíduos na produção, de sorte que a participação na distribuição depende do modo de participação na produção. Independentizada, a esfera da distribuição passa a ser entendida como o lócus dos problemas e das soluções. As medidas voltadas ao aumento da arrecadação fiscal, contra as quais se batem os setores dominantes – medidas distributivas, certamente significativas, mas que deixam intocado o ordenamento produtivo – assumem, nesse raciocínio, caráter revolucionário.

O conceito de populismo, e os demais que fazem parte do mesmo quadro em que se move o raciocínio de Laclau, põem como meta de tal revolução a consecução da democracia, pela integração e equilíbrio relativos dos momentos vertical (canalização das demandas nos marcos institucionais) e horizontal (protesto social) da política, entre os quais sempre haverá tensão, como afirma o sociólogo argentino, postulando, assim, a eternidade da própria política.

Nas palavra de Laclau:

> En el caso venezolano, la transición hacia una sociedad más justa y democrática requería el desplazamiento y la ruptura radical con una elite corrupta y desprestigiada, sin canales de comunicación política con la vasta mayoría de la población. Es decir que cualquier avance demandaba un cambio de régimen[12].

Os termos utilizados não deixam lugar a dúvidas: trata-se de alcançar uma transformação do regime político, pela ruptura com uma elite corrupta, a fim de alcançar uma sociedade mais justa e democrática – o primeiro termo relacionado à distribuição, o segundo à participação. É gritante a ausência de qualquer referência não somente às classes, como ao ordenamento produtivo específico do país, para não mencionar a crítica ao capital.

O acerto da conclusão a que chega Ribeiro ao final de seu artigo – a de que o termo populismo mais dificulta do que contribui – ecoa as limitações da teoria do populismo, não derivadas das especificidades presentes neste ou naquele pesquisador, mas, como mostram Chasin e Barbosa, intrínsecas ao próprio conceito, construído a partir de outros modelos (os de democracia e de totalitarismo, este já elaborado a partir daquele) e imputado à realidade. Nascido fora do campo marxista, e em contraposição à perspectiva de superação do capital, o conceito de populismo veda o acesso ao real, pondo para a análise um objeto inexistente, e reitera a questão que lhe deu origem como horizonte máximo da transformação possível, a democracia; não indaga, entretanto, suas condições de possibilidade, já que o politicismo que lhe é inerente obsta a apreensão das formas particulares de objetivação do capitalismo, no Brasil e nos demais países latino-americanos. Nessa ou em outras manifestações, o politicismo vem impedindo, ultimamente, a apreensão das novas formas objetivas de existência do capital, inclusive da forma que se consolidou nessa região.

Aparentando destacar elementos e relações específicos da esfera política, o politicismo de fato os deprime ao isolá-los das determinações que os constituem, assim como o economicismo deprime a esfera matrizadora da produção material ao reduzi-la a fator. Em ambos os casos, perde-se a conquista marxiana da apreensão dos homens como autoprodutores de si e de seu mundo, objetiva e subjetivamente, e a prospectiva da continuidade dessa autoconstrução pela superação do capital e da política[13].

---

[1] Particularmente na segunda parte de seu texto, Ribeiro aflora temas relacionados ao nacionalismo, que, ao longo do século XX, teve "presença marcante, mas fôlego e alcance sempre temporários e restritos, acabando em todos os casos por se esgotar em ciclos mais ou menos rápidos e inconclusos, bem como por derrotas irreversíveis, quando não por desastres hediondos", particularmente em sua forma política. Em sua forma econômica, vincula-se diretamente à temática do populismo. Tema sensível, especialmente por sua retomada, por segmentos que se propõem de esquerda, como antídoto à globalização, embora, nos dias que correm, "pensar a partir do nacionalismo é pensar não apenas a partir de forças extenuadas de uma perspectiva vencida, mas a partir de um cadáver, /.../ pois é pensar contra a lógica do irreversível momento histórico atual, é ser esquerda às avessas, não se guiar pelas possibilidades reais de futuro, mas a partir de uma lógica esgotada do passado, que no próprio passado se mostrou inviável e impossível" (J. Chasin, "Rota e prospectiva de um projeto marxista", in *Ensaios Ad Hominem 1 – Tomo III: Política*. Santo André, Ad Hominem, 2000, p. 47-48).

[2] J. Chasin, *A Miséria Brasileira. 1964-1984: Do Golpe Militar à Crise Social*, Santo André, Ad Hominem, 2000, em especial "A Sucessão na Crise e a Crise na Esquerda" (artigo publicado originalmente em 1989).
[3] Rubem Barbosa Filho, *Populismo. Uma Revisão Teórica*, tese de doutoramento apresentada à Universidade Federal de Juiz de Fora.
[4] "Do mesmo modo que em toda a ciência história ou social em geral, é preciso não esquecer /.../ que as categorias exprimem portanto formas de ser, determinações da existência". K. Marx, *Contribuição para a Crítica da Economia Política*, Lisboa, Editorial Estampa, 1973, p. 235.
[5] Foge ao escopo deste comentário averiguar em que medida as especificidades dessas três vertentes teóricas são respeitadas, mas o amálgama entre concepções tão distintas é suficiente para acender a dúvida, em especial no que se refere à integridade do pensamento gramsciano.
[6] "Politicizar é tomar e compreender a totalidade do real exclusivamente pela sua dimensão política e, ao limite mais pobre, apenas de seu lado político-institucional". De sorte que, "convertendo a totalidade estruturada e ordenada do real - complexo repleto de mediações - num bloco de matéria homogênea, além da falsificação intelectual praticada, o *politicismo* configura para a prática um objeto irreal /.../. Expulsa a economia da política ou, no mínimo, torna o processo econômico meramente paralelo ou derivado do andamento político, sem nunca considerá-los em seus contínuos e indissolúveis entrelaçamentos reais, e jamais admitindo o caráter ontologicamente fundante e matrizador do econômico em relação ao político". J. Chasin, "Hasta Cuando? A Propósito das Eleições de Novembro", in *A Miséria Brasileira, op.cit.*, p. 123-124 (publicado originalmente em 1982).
[7] De fato, as tentativas de completar o pensamento marxiano adicionando-lhe conceitos oriundos de outras matrizes teóricas, ou de recuperá-lo a partir de questões exteriores têm resultado na perda de sua revolução teórica.
[8] Rubem Barbosa Filho, *Populismo. Uma Revisão Teórica*, *op.cit.*, p. 4.
[9] J. Chasin, "Sobre o Conceito de Totalitarismo", in *Ensaios Ad Hominem 1 – Tomo III: Política, op.cit.*, p. 70-90 (publicado originalmente em 1977).
[10] Além do artigo de Chasin citado na nota anterior, ver também o trabalho de R. Barbosa, em particular o capítulo dedicado à análise desse conceito em Hanna Arendt.
[11] Ver Louis Althusser, *Aparelhos Ideológicos de Estado*, Rio de Janeiro, Graal, 1998; Ester Vaismann, "Althusser: Ideologia e Aparelhos de Estado – Velhas e Novas Questões", in *Revista Projeto História*, nº35, São Paulo, Educ, julho-dezembro de 2006; Ester Vaismann, "A Usina Onto-societária do Pensamento", in *Ensaios Ad Hominem 1 – Tomo I: Marxismo*, Santo André, Ad Hominem, 1999; J. A. Giannotti, "Contra Althusser", in *Exercícios de Filosofia*, São Paulo, Brasiliense/Cebrap, 1975; François Dosse, *História do Estruturalismo, vol. 1: O Campo do Signo*, São Paulo/Campinas, Ensaio/Ed. Unicamp, 1993.
[12] Ernesto Laclau, "La Deriva Populista y la Centroizquierda Latinoamericana", in *Nueva Sociedad*, nº 205, Buenos Aires, Friedrich Ebert Stiftung, outubro de 2006, p. 60.
[13] K. Marx e F. Engels, *A Ideologia Alemã*, São Paulo, Boitempo, 2007; K. Marx, *A Guerra Civil na França* e *Crítica ao Programa de Gotha*, in Karl Marx e Friedrich Engels, *Textos*, vol. 1, São Paulo, Edições Sociais, 1975; J. Chasin, *Marx – Estatuto Ontológico e Resolução Metodológica*, São Paulo, Boitempo, 2009 e "A Determinação Ontonegativa da Politicidade", in *Ensaios Ad Hominem 1 – Tomo III: Política, op.cit.*